

Declaração de Manhattan

Um Apelo à Consciência Cristã

A santidade da pessoa humana, a dignidade do casamento como união de marido e mulher, a liberdade de consciência e religião são princípios fundacionais da justiça e do bem comum.

Os Cristãos herdaram a tradição milenar de proclamar a Palavra de Deus, procurar a justiça nas nossas sociedades, resistir à tirania e ajudar compassivamente os pobres, oprimidos e sofredores. Reconhecendo embora as imperfeições e defeitos das instituições e comunidades cristãs ao longo dos tempos, declaramo-nos herdeiros daqueles Cristãos que defendiam a vida inocente ao resgatar os bebês lançados nas lixeiras das cidades romanas e denunciavam publicamente a permissividade do Império face ao infanticídio. Lembramos com reverência os crentes que sacrificaram as suas vidas permanecendo nas cidades romanas durante as pragas para tratar os doentes; e os que morreram com bravura no Coliseu, recusando negar o seu Senhor.

Depois das tribos bárbaras conquistarem a Europa, foram os Mosteiros cristãos que preservaram não só a Bíblia mas também a literatura e a arte da cultura ocidental. Foram os cristãos que combateram a escravatura: éditos papais dos séc. XVI e XVII condenavam a escravatura e excomungaram pela primeira vez todas as pessoas envolvidas no seu tráfico; os Cristãos evangélicos em Inglaterra, liderados por John Wesley e William Wilberforce, puseram fim ao tráfico de escravos nesse país. Cristãos sob a liderança de Wilberforce também criaram centenas de instituições para ajudar os pobres, os presos e as crianças que trabalhavam acorrentadas às máquinas.

Na Europa, os Cristãos desafiaram a origem divina dos direitos reais e lutaram com sucesso para a instituição do Estado de Direito e pelo equilíbrio dos poderes governativos, que tornou possível a actual democracia. Na América, as mulheres cristãs estiveram na vanguarda do movimento sufragista. A grande cruzada dos direitos civis nas décadas de 1950 e 1960 era liderada por Cristãos, invocando as Escrituras e afirmando a glória da imagem de Deus reflectida em cada ser humano,

independentemente da raça, religião, idade ou classe.

A mesma dedicação à causa da dignidade humana levou os Cristãos na última década a trabalhar para pôr fim à calamidade desumana do tráfico humano e da escravidão sexual, levar cuidados solidários aos doentes de Sida em África, e prestar apoio a uma miríade de outras causas de direitos humanos: desde o fornecimento de água potável em países em desenvolvimento, a fornecer casas para dezenas de milhares de crianças órfãs pela guerra, doença e discriminação sexual.

Tal como aqueles que nos antecederam na fé, os cristãos de hoje são chamados a proclamar o Evangelho de graça incalculável, a proteger a dignidade intrínseca da pessoa humana e a defender o bem comum. Ao ser verdadeiros em relação ao seu chamamento, o chamamento a ser discípulos, a Igreja através do serviço aos outros pode fazer uma profunda contribuição para o bem comum.

DECLARAÇÃO

Nós, Cristãos Ortodoxos, Católicos e Evangélicos, juntámo-nos, após uma primeira reunião em Nova Iorque em 28 de Setembro de 2009, para fazer a presente declaração, que assinamos a título individual, não em nome das nossas organizações, mas falando a partir das nossas comunidades e dirigindo-nos às nossas comunidades. Agimos em conjunto em obediência a um só Deus, o Deus triuno da santidade e do amor, a quem pertencem as nossas vidas e que nos chama, associados aos crentes de todas as eras e nações, a procurar e defender o bem de todos os que reflectem a sua imagem. Apresentamos esta declaração à luz da verdade que está nas Sagradas Escrituras, na razão humana natural (que, é por si, na nossa perspectiva, um dom da generosidade de Deus) e na própria natureza da pessoa humana. Apelamos a todas as pessoas de boa vontade, crentes ou não, a considerar cuidadosamente e a reflectir criticamente nas questões que aqui tratamos, ao mesmo tempo que nós, com São Paulo, recomendamos este apelo à consciência de todos à vista de Deus.

Apesar do nosso interesse abranger todo o alcance da moral cristã, incluindo uma especial preocupação pelos pobres e vulneráveis, estamos especialmente preocupados porque hoje em dia, na nossa nação, as vidas dos bebês antes de nascer, dos deficientes e dos velhos estão seriamente ameaçadas; porque a instituição do casamento, já afectada pela promiscuidade, infidelidade e divórcio, está em risco de ser redefinida para satisfazer ideologias em voga; porque a liberdade de religião e os direitos de objecção de consciência estão seriamente ameaçados por pessoas que usam instrumentos de coerção para forçar pessoas

Inevitavelmente, a cultura da morte retira valor à vida em todos os seus estágios e condições, promovendo a ideia de que as vidas que são imperfeitas, imaturas ou inconvenientes são descartáveis.



de fé a comprometer as suas mais íntimas convicções.

Porque a santidade da pessoa humana, a dignidade do casamento como união de marido e mulher, a liberdade de consciência e religião são princípios fundacionais da justiça e do bem comum, somos levados pela nossa fé Cristã a falar e agir em sua defesa. Nesta declaração, afirmamos:

1. A dignidade profunda, inerente e igual de todos os seres humanos como criaturas concebidas à imagem de Deus, possuindo direitos inerentes de igual dignidade e vida;

2. O casamento como a unidade conjugal de marido e mulher, ordenada por Deus desde a Criação e historicamente interpretada por crentes e não-crentes como a instituição mais básica da sociedade;

3. A liberdade religiosa, fundada no carácter de Deus, no exemplo de Cristo e na liberdade e dignidade inerentes a todos os seres humanos criados à divina imagem.

Somos Cristãos que se juntaram ultrapassando as linhas históricas das diferenças eclesiais para afirmar o nosso direito — e, mais importante ainda, cumprir o nosso dever — de falar e agir em defesa destas verdades. Comprometemo-nos mutuamente, e perante os nossos companheiros na fé, a que nenhum poder na terra, seja cultural ou político, nos intimidará e forçará o nosso silêncio ou concordância. É nosso dever proclamar o Evangelho do Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo na sua totalidade, tanto seja moda ou não. Que o Senhor nos ajude a cumprir este dever.

VIDA

Deus criou o ser humano à sua imagem, criou-o à imagem de Deus; Ele os criou homem e mulher. Gen. 1-27

Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância. Jo, 10-10

Apesar do sentimento popular ter evoluído no sentido pró-vida, notamos com tristeza que a ideologia abortista prevalece no nosso governo actual. A actual administração é liderada e assessorada por pessoas que querem tornar o aborto legal em qualquer altura da gestação e que querem proporcionar a realização de abortos à custa dos contribuintes. As maiorias nas duas câmaras do Parlamento mantêm-se pró-abortistas. O Supremo Tribunal, que através da decisão infame do caso *Roe v. Wade*, retirou protecção legal aos bebés por nascer, continuar a tratar o aborto electivo como um direito constitucional fundamental, apesar de ter declarado constitucionais algumas pequenas restrições ao aborto. O Presidente diz que quer reduzir a “necessidade” do aborto: um objectivo recomendável. Mas também se comprometeu a tornar o aborto mais fácil e disponível, eliminando as leis que proíbem o seu financiamento público, estabelecem períodos de reflexão para as mulheres que pretendem abortar e a obrigação de notificação parental para a realização de abortos em menores. A eliminação destas eficazes leis pró-vida não pode senão aumentar significativamente o número de abortos electivos, através dos quais as vidas de incontáveis crianças são extintas antes de nascerem. O nosso compromisso com a santidade da vida humana não tem nada a ver com lealdades partidárias, pois reconhecemos que nos últimos trinta e seis anos, desde o caso *Roe v. Wade*, funcionários públicos e líderes eleitos dos dois principais partidos foram cúmplices naquilo que o Papa João Paulo II descrevia como “cultura da morte”. Apelamos aos nossos governantes, eleitos ou nomeados, para que protejam e sirvam todos os membros da nossa sociedade, incluindo os mais marginalizados, sem voz e vulneráveis.

Inevitavelmente, a cultura da morte retira valor à vida em todos os seus estágios e condições, promovendo a ideia de que as vidas que são imperfeitas, imaturas ou inconvenientes são descartáveis. Conforme a previsão de algumas pessoas prescientes, a perda de valor da vida, iniciada pelo aborto, já metastizou. Por exemplo, a pesquisa com destruição de embriões humanos e o seu financiamento público são promovidos em nome da ciência e da causa do desenvolvimento de tratamentos e curas para doenças e ferimentos. O Presidente e muitos membros do Congresso favorecem a expansão da pesquisa em embriões, de forma a incluir o financiamento pelos contribuintes daquilo a que se chama “clonagem terapêutica”. Isto resultaria na produção industrial em massa de embriões humanos para serem mortos com o propósito de criar linhas de células estaminais e tecidos geneticamente adaptados. Quanto ao fim da vida, um movimento cada vez mais forte de promoção do suicídio assistido e da eutanásia “voluntária” ameaça a vida dos mais vulneráveis entre os idosos e inválidos. Noções eugénicas como a doutrina do *lebensunwertens Leben* (“vida que não vale a pena viver”) surgiram na década de 1920 por intelectuais nos salões das elites da América e Europa. Enterradas na ignomínia após os horrores de meados do séc. XX, ressurgiram. A única diferença é que agora as doutrinas dos eugenistas estão cobertas na linguagem da “liberdade”, “autonomia” e “escolha”.

Estaremos unidos e infatigáveis nos nossos esforços para fazer recuar a licença para matar que começou com o abandono dos bebés por nascer. Trabalharemos, como temos trabalhado, para levar assistência, conforto e cuidados às grávidas em necessidade e àqueles que foram vitimizados pelo aborto, mesmo estando resolutamente contra a noção corrupta e degradante que pode estar no melhor interesse da mulher submeter-se à matança deliberada do seu filho por nascer. A nossa mensagem é, e sempre será, que a resposta justa, humana e verdadeiramente cristã às gravidezes problemáticas é a de que todos devemos amar e cuidar mãe e bebé de igual forma.

Um testemunho verdadeiramente profético e cristão é o de insistentemente apelar àqueles a quem foi confiado o poder temporal para que cumpram a primeira responsabilidade do governo: proteger os fracos e vulneráveis contra ataques violentos, e fazê-lo sem favoritismo, parcialidade ou discriminação. A Bíblia apoia-nos na defesa daqueles que não se podem defender, a falarmos por

aqueles que não podem falar. E assim defendemos e falamos em nome das crianças por nascer, dos inválidos e dos dependentes. Aquilo que a Bíblia e a luz da razão esclarecem, devemos esclarecer. Temos de estar dispostos a defender, mesmo com risco e à nossa custa e das nossas instituições, as vidas dos nossos irmãos e irmãs em todos os níveis de desenvolvimento e em todas as condições.

A nossa preocupação não se limita ao nosso país. Por todo o mundo somos testemunhas de casos de genocídio e “limpeza étnica”, do fracasso na assistência aos que estão em sofrimento como vítimas inocentes da guerra, da negligência e maus-tratos a crianças, da exploração de trabalhadores em situação vulnerável, do tráfico sexual de raparigas e mulheres jovens, do abandono dos idosos, da opressão e discriminação racial, das perseguições a crentes de todas as confissões e do fracasso na tomada de decisões para interromper a transmissão de doenças preveníveis como o HIV. Vemos isto como uma derivação da mesma perda do sentido da dignidade da pessoa humana e da santidade da vida humana que guia a indústria do aborto e os movimentos a favor do suicídio assistido, eutanásia, e clonagem humana para pesquisa biomédica. Assim a nossa ética é, como deve ser, uma ética verdadeiramente consistente de amor e vida para todos os humanos em todas as circunstâncias.

CASAMENTO

Então o homem exclamou: “Esta é, realmente, osso dos meus ossos e carne da minha carne. Chamar-se-á mulher, visto ter sido tirada do homem!”. Por esse motivo o homem deixará o pai e a mãe, para se unir à sua mulher; e os dois serão uma só carne. Gen 2, 23-24

Grande é este mistério; mas eu interpreto-o em relação a Cristo e À Igreja. De qualquer modo, também vós: Cada um ame a sua mulher como a si mesmo; e a mulher respeite o seu marido. Ef., 5, 32-33

Nas Escrituras, a criação do homem e da mulher e a sua união numa só carne como marido e mulher é o momento alto da criação de Deus. Na transmissão da vida e na educação das crianças, o homem e a mulher unidos como esposos recebem a grande honra de cooperarem com Deus na Criação. O Casamento é pois a primeira instituição da sociedade humana; é, na realidade, a instituição em que se baseiam todas as outras instituições humanas. Na tradição Cristã referimo-nos ao casamento como o “santo matrimónio” para assinalar o facto de ser uma instituição estabelecida por Deus e abençoada por Cristo na sua participação nas Bodas de Canáa na Galileia. Na Bíblia, o próprio Deus abençoa e tem o casamento em grande estima.

A vasta experiência humana confirma que o casamento é a instituição originária e mais importante para assegurar a saúde, educação e bem estar de todas as pessoas na sociedade. Onde o casamento é honrado, e onde existe uma cultura do casamento forte, toda a gente beneficia: os próprios esposos, as suas crianças, as comunidades e as sociedades em que vivem. Onde a cultura do casamento começa a erodir, rapidamente se manifestam patologias sociais de todo o tipo. Infelizmente temos assistido ao longo das últimas décadas a uma séria erosão da cultura do casamento no nosso próprio país. O indicador mais revelador, e talvez o mais perturbante, é o número de nascimentos fora do casamento. Há menos de 50 anos, estava abaixo dos 5%. Hoje está acima dos 40%. A nossa sociedade, e especialmente os

Noções eugénicas como a doutrina do lebensunwertens Leben (“vida que não vale a pena viver”) surgiram na década de 1920 por intelectuais nos salões das elites da América e Europa. Enterradas na ignomínia após os horrores de meados do séc. XX, ressurgiram. A única diferença é que agora as doutrinas dos eugenistas estão cobertas na linguagem da “liberdade”, “autonomia” e “escolha”.



seus sectores mais pobres e vulneráveis, onde a taxa de nascimentos fora do casamento está muito acima da média nacional, está a pagar um preço pesado em delinquência, abuso de drogas, prisões, falta de esperança e desespero. Outros indicadores são a percentagem elevada de coabitação sexual não-marital e uma taxa de divórcio terrivelmente elevada.

Confessamos com tristeza que os Cristãos e as nossas instituições falharam demasiado frequentemente e escandalosamente na afirmação da instituição do casamento e no exemplo para o mundo do verdadeiro significado do casamento. Na medida em que abraçámos com demasiada facilidade a cultura do divórcio e permanecemos em silêncio sobre práticas sociais que destroem a dignidade do casamento, arrependemo-nos e apelamos a todos os Cristãos para que façam o mesmo.

Para fortalecer as famílias, temos de parar de dar *glamour* à promiscuidade e infidelidade e restaurar no nosso povo o sentido da beleza profunda, mistério e santidade do amor marital fiel. Temos de reformar políticas públicas mal desenhadas que contribuem para o enfraquecimento da instituição do casamento, incluindo a ideia em descrédito do divórcio unilateral. Temos de trabalhar nos domínios legal, cultural e religioso para instilar nas pessoas jovens uma compreensão profunda do que é o casamento, o que exige e porque é que vale a pena o compromisso e sacrifícios que os esposos fiéis fazem.

O impulso para redefinir o casamento de forma a incluir o casamento entre pessoas do mesmo sexo e as relações com mais de um parceiro, é um sintoma, não a causa, da erosão da cultura do casamento. Reflete a perda da compreensão do casamento que está implícita nas leis civis e religiosas e na tradição filosófica que contribuiu para dar forma à lei. É no entanto essencial resistir a este impulso, porque ceder a este implicaria abandonar a possibilidade de restaurar uma real compreensão do casamento e, com ela, a esperança de reconstruir uma saudável cultura do casamento. Fixaria a crença falsa e destrutiva de que o casamento é só romance e outras satisfações adultas, e não, de forma intrínseca, sobre a procriação e o carácter e valor únicos dos actos e relações cujo significado é modelado pela sua aptidão para a geração, promoção e protecção da vida. Na comunhão dos esposos e na educação dos filhos (que, como graças de Deus, são o fruto do amor marital dos seus pais), descobrimos as razões profundas a favor e em benefício do contrato de casamento.

Reconhecemos que existem pessoas com propensão para a conduta e relações homossexuais ou poliamorosas, tal como existem outras pessoas que têm propensão para outras formas de conduta imoral. Temos compaixão das pessoas assim predispostas; respeitamo-las como seres humanos possuindo uma dignidade profunda, inerente e igual; e prestamos homenagem aos homens e mulheres que se esforçam, frequentemente com pouca ajuda, para resistir à tentação de ceder a desejos que eles, tal como nós, consideram incontroláveis. Estamos com eles, mesmo quando fraquejam. Tal como eles, somos pecadores que ficamos aquém das intenções de Deus para a nossa vida. Tal como eles, precisamos constantemente da paciência, amor e perdão de Deus. Apelamos a toda a comunidade Cristã para que resista à imoralidade sexual, e ao mesmo tempo que se abstenha da condenar os que fraquejam. A nossa rejeição do pecado, apesar de resolvida, não pode nunca tornar-se rejeição do pecador. Porque cada pecador, independentemente do pecado, é amado por Deus que procura não a nossa destruição mas antes a conversão dos nossos cora-

*A vasta experiência humana confirma
que o casamento é a instituição
originária e mais importante para
assegurar a saúde, educação e bem estar
de todas as pessoas na sociedade. Onde
o casamento é honrado, e onde existe
uma cultura do casamento forte, toda
a gente beneficia: os próprios esposos,
as suas crianças, as comunidades e
as sociedades em que vivem. Onde a
cultura do casamento começa a erodir,
rapidamente se manifestam patologias
sociais de todo o tipo.*

ções. Jesus chama aqueles que se afastaram do caminho da virtude a seguirem “um caminho mais excelente”. Como seus discípulos ajudaremos com amor dando assistência a todos os que ouvem o chamamento e querem responder-lhe.

Reconhecemos ainda que existem pessoas sinceras que discordam connosco e com os ensinamentos da Bíblia e da tradição Cristã, nas questões da moralidade sexual e da natureza do casamento. Algumas das pessoas que entram em relações com pessoas do mesmo sexo ou em relações poliamorosas com certeza consideram as suas uniões verdadeiramente maritais. Não chegam a perceber, porém, que o casamento é tornado possível pela complementaridade sexual entre marido e mulher, e que a partilha de vida abrangente e a vários níveis que o casamento implica inclui a unidade corporal do tipo que une o homem e a mulher biologicamente como unidade reprodutiva. Isto sucede porque o corpo não é apenas um mero instrumento extrínseco da pessoa humana, mas verdadeiramente parte da realidade pessoal do ser humano. Os seres humanos não são apenas centros de consciência ou emoções ou mentes, ou espíritos, habitando corpos não pessoais. A pessoa humana é uma unidade dinâmica de corpo, mente e espírito. O casamento é o que um homem e uma mulher celebram quando, esquecendo todos os outros e fazendo um compromisso com duração de uma vida, encontram uma partilha de vida a todos os níveis (biológico, emocional, disposicional, racional ou espiritual), num compromisso que é selado, completado e actualizado pela relação sexual amorosa, na qual os esposos se tornam uma só carne, não apenas num sentido metafórico mas ao cumprir por si só todas as condições da procriação. É por isso que na tradição Cristã, e historicamente na lei ocidental, os casamentos consumados não são dissolúveis ou anulados com base na infidelidade, apesar da natureza da relação matrimonial ser modelada e estruturada pela orientação intrínseca a favor do bem maior da procriação.

Acreditamos que muitos dos nossos concidadãos, incluindo alguns Cristãos, acreditam que a definição histórica do casamento como união de um homem e de uma mulher é uma ne-

gação da igualdade ou dos direitos civis. Eles perguntam o que respondemos ao argumento que defende que nenhum mal lhes seria feito, a eles e a ninguém, se a lei da comunidade conferisse a dois homens ou duas mulheres que vivessem juntos numa parceria sexual o estatuto de “casados”. Afinal, não afectaria o seu casamento, pois não? Analisando, porém, o argumento de que as leis que governam um tipo de casamento não afectam o outro não é sólido. Caso provasse alguma coisa, provaria até demais: a proposição de que o estatuto legal de um determinado tipo de relações maritais não afecta os outros não defenderia só os casamentos de pessoas do mesmo sexo; poderia também ser invocado com igual validade para parcerias poliamorosas, lares poligâmicos, mesmo irmãos adultos, irmãs, ou irmão e irmã vivendo em relação incestuosa. Numa questão de igualdade e direitos civis, não devem estas relações ser reconhecidas como casamentos legais, não tendo nenhum efeito nas outras relações? Não. A verdade é que o casamento não é algo abstracto ou neutro que a lei possa legitimamente definir e redefinir para agradar a todos os poderosos e influentes.

Ninguém tem o direito civil de ver uma relação não marital tratada como casamento. O casamento é uma realidade objectiva — uma união contratual entre homem e mulher — que a lei deve reconhecer e apoiar por amor à justiça e ao bem comum. Se não o fizer, males sociais virão. Primeiro, põe em causa a liberdade religiosa daqueles para quem este assunto é uma questão de consciência. Em segundo lugar, os direitos dos Pais são abusados à medida que os programas de vida familiar e de educação sexual nas escolas são usados para ensinar às crianças que um entendimento esclarecido reconhece como “casamentos” parceria sexuais que muitas pessoas consideram intrinsecamente não maritais e imorais. Em terceiro, a lei do bem comum da sociedade civil é ferida quando a própria lei, na sua função pedagógica crítica, se torna um instrumento para destruir a sua compreensão do casamento sobre a qual depende vitalmente o desenvolvimento da cultura do casamento. Infelizmente, estamos hoje longe de ter uma animada cultura do casamento. Mas se começarmos o processo de importância crucial de reforma das nossas leis e costumes para reconstruir em breve, a última coisa que nos podemos dar ao luxo e fazer é redefinir o casamento de forma a envolver a falsa procla-

mação sobre o que é o Casamento.

E é portanto por amor (não “animus”) e por uma preocupação prudente pelo bem-comum (não “preconceito”) que fazemos um compromisso de trabalhar incessantemente para preservar a definição legal do casamento como a união de um homem e de uma mulher e de reconstruir a cultura do casamento. Como poderíamos nós, Cristãos, agir de outra forma? A Bíblia ensina-nos que o casamento é uma parte central do contrato da criação de Deus. Na verdade, a união de marido e mulher é espelho do laço entre Cristo e a sua Igreja. E tal como Cristo estava disposto, por amor, a dar-se a Si próprio pela Igreja num sacrifício completo, nós estamos dispostos a, cheios de amor, fazer todos os sacrifícios que nos forem exigidos por este tesouro inestimável que é o casamento.

LIBERDADE RELIGIOSA

O espírito do Senhor Deus está sobre mim, porque o SENHOR me ungiu: enviou-me para levar a boa-nova aos que sofrem, para curar os desesperados, para anunciar a libertação aos exilados e a liberdade aos prisioneiros. Is. 61, 1

Dêem a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. Mat. 22, 21.

A luta pela liberdade religiosa ao longo dos séculos tem sido longa e árdua, mas não é uma ideia nova ou um desenvolvimento recente. A natureza da liberdade religiosa baseia-se no carácter do próprio Deus, o Deus que foi melhor conhecido na vida e trabalho de Jesus Cristo. Decididos a seguir Cristo fielmente na vida e na morte, os Cristãos primitivos apelavam à maneira como julgavam que a encarnação tinha decorrido: “Talvez, como alguém poderia pensar, será que Deus enviou Cristo para que existisse uma tirania ou para infundir-nos medo e prostração? De modo algum. Pelo contrário, enviou-o com clemência e mansidão (...) pois em Deus não há violência.” (Epístola a Diogneto 7, 3-4). Portanto o direito à liberdade religiosa tem o seu fundamento no exemplo do próprio Cristo e na própria dignidade da pessoa humana criada à imagem de Deus: uma dignidade, como proclamavam os nossos fundadores, inerente a cada homem, e conhecida por todos através do exercício da recta razão.

Os Cristãos professam que só Deus é Senhor da consciência. Imunidade da coerção religiosa é a pedra de toque de uma consciência sem constrangimentos. Ninguém deve ser obrigado a adoptar uma religião contra a sua vontade nem devem pessoas de fé ser proibidas de adorar Deus de acordo com os ditames da sua consciência ou de exprimirem publicamente as suas convicções religiosas mais profundas. O que é verdade para os indivíduos também se aplica às comunidades.

É irónico que aqueles que hoje em dia defendem o direito de matar os bebés por nascer, os idosos e os inválidos, e também o direito de tomar parte em práticas sexuais imorais, e até o direito de ter um reconhecimento e “bênção” legal das relações integradas nestas práticas; que estas pessoas que invocam estes direitos estão frequentemente na vanguarda daqueles que espezinham o direito dos outros a exprimirem os seus compromissos religiosos e morais para com a santidade da vida e a dignidade do casamento como união conjugal de marido e mulher.

Vemos um exemplo disto nos esforços para enfraquecer ou

Depois da imposição judicial dos casamentos de pessoas do mesmo sexo no Massachussetts, instituições de solidariedade social Católicas escolheram, com grande relutância, pôr fim a um trabalho já secular de colocação de crianças órfãs em boas casas, para evitar o mandato legal que as forçava a entregar crianças a lares de pessoas do mesmo sexo, violando os ensinamentos morais católicos.



eliminar as cláusulas de objecção de consciência e forçar instituições pró-vida (incluindo hospitais e clínicas com filiações religiosas), e médicos, cirurgiões, enfermeiros e outros profissionais de saúde pró-vida a encaminhar pessoas para especialistas para realização de abortos, e, em certos casos, mesmo a realizar ou participar em abortos. Assistimos a isto pela utilização de leis anti-discriminatórias para forçar instituições religiosas, empresas e fornecedores de serviços a serem cúmplices com actividades que consideram profundamente imorais, ou como alternativa ficarem sem negócio. Por exemplo, depois da imposição judicial dos casamentos de pessoas do mesmo sexo no Massachussets, instituições de solidariedade social Católicas escolheram, com grande relutância, pôr fim a um trabalho já secular de colocação de crianças órfãs em boas casas, para evitar o mandato legal que as forçava a entregar crianças a lares de pessoas do mesmo sexo, violando os ensinamentos morais católicos. Em Nova Jersey, depois do estabelecimento de um esquema de união civil quase marital, uma instituição Metodista perdeu a isenção do pagamento de impostos ao não permitir que as instalações que possuía e geria fossem usadas em cerimónias de bênção de uniões homossexuais. No Canadá e em alguns países europeus, o clero Cristão foi perseguido por pregar as normas bíblicas contra a prática da homossexualidade. A definição de novos crimes de ódio levantam essa possibilidade também aqui na América.

Nas últimas décadas um conjunto de precedentes legais cresceu em paralelo com o declínio do respeito pelos valores religiosos na comunicação social. Vemos isto como um desenvolvimento inquietante, não apenas pela ameaça que constitui às liberdades individuais garantidas a todas as pessoas, independentemente do seu credo, mas também porque a tendência ameaça o bem estar comum e a cultura de liberdade sobre a qual assenta o nosso sistema de governo republicano. As restrições à liberdade de consciência ou à possibilidade de contratar pessoas da mesma fé ou convicções morais para instituições religiosas, por exemplo, destrói a viabilidade das estruturas intermédias da sociedade, o amortecedor essencial contra a autoridade arrogante do Estado, resultando no despotismo suave que Tocqueville profeticamente avisou. A desintegração da sociedade civil é um prelúdio da tirania.

Como Cristãos, levamos a sério a advertência bíblica de respeitar e obedecer aos detentores da autoridade. Acreditamos na lei e no estado de direito. Reconhecemos o dever de cumprir as leis, quer gostemos delas ou não, a não ser que as leis sejam muito

injustas ou obriguem os seus súbditos a fazer algo injusto ou imoral. O objectivo bíblico das leis é preservar a ordem e servir a justiça e o bem comum; no entanto as leis que são injustas, e especialmente as leis que servem para forçar os cidadãos a fazer algo que é injusto, enfraquecem o bem comum, não o servem.

Voltando aos tempos iniciais da Igreja, os Cristãos recusaram-se a pôr em risco a sua proclamação do Evangelho. Nos Actos dos Apóstolos 4, Pedro e João receberam ordens para deixarem de pregar. A sua resposta foi: “Julgai vós mesmos se é justo, diante de Deus, obedecer a vós primeiro do que a Deus. Quanto a nós, não podemos deixar de afirmar o que vimos e ouvimos”. Através dos séculos, o Cristianismo ensinou que a desobediência civil não só é permitida como é às vezes exigida.

Não existe uma defesa mais eloquente dos direitos e deveres da consciência religiosa do que a de Martin Luther King Jr., nas suas *Cartas da Prisão de Birmingham*. Escrevendo a partir de uma perspectiva claramente Cristã, e citando autores Cristãos como Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, King ensinou que as leis justas elevam e nobilitam os seres humanos porque estão enraizadas na lei moral cuja fonte última é o próprio Deus. Leis injustas degradam o homem. Na medida em que não podem invocar nenhuma autoridade senão a mera vontade humana, não têm qualquer poder de obrigar as consciências. A disposição de King de ir para a prisão, em vez de pactuar com a injustiça legal, foi exemplar e inspiradora.

Porque honramos a justiça e o bem comum, não pactuaremos com nenhuma lei que pretenda forçar as nossas instituições a participar em

abortos, pesquisa destrutiva de embriões, suicídio assistido ou eutanásia, ou qualquer acto contrário à vida; nem cedemos a qualquer regra que nos tente forçar a abençoar parcerias sexuais imorais, tratá-las como casamentos ou equivalentes, ou restringir-nos na proclamação da verdade, tal como a conhecemos, sobre a moralidade e a imoralidade e o casamento e a família. Daremos a César, de forma total e sem reticências, o que é de César. Mas em nenhuma circunstância daremos a César o que é de Deus. ●

COMISSÃO DE REDACÇÃO

ROBERT GEORGE Professor, Cátedra McCormick de Jurisprudência, Princeton University

TIMOTHY GEORGE Professor, Beeson Divinity School, Samford University

CHUCK COLSON Fundador do Chuck Colson Center for Christian Worldview (Centro Chuck Colson para a Mundiência Cristã) (Lansdowne, VA)

